

Duas indenizações fora de hora

ANA MARIA CAMPOS

DA EQUIPE DO CORREIO

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça concedeu indenização para uma integrante da própria Comissão de Anistia. Por decisão dos conselheiros, em sessão no último dia 7, a arquiteta Beatriz Bargieri será beneficiada com uma pensão vitalícia no valor de R\$ 7.099, por ter sofrido perseguição política durante a ditadura militar. No mesmo dia, o processo do marido dela, Waldemir Bargieri, também foi deferido. Os dois casos não estavam na pauta de julgamento. Mas foram apreciados por iniciativa do relator do caso e presidente da comissão, o advogado Marcello Lavenère Machado, ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Os integrantes da comissão são escolhidos por critérios políticos e ficam subordinados diretamente ao gabinete do ministro da Justiça. A conselheira Beatriz do Valle Bargieri integra a equipe desde julho de 2005 e foi nomeada pelo ministro Márcio Thomaz Bastos pela atuação na área de direitos humanos. Ela também é vice-presidente da ONG Tortura Nunca Mais, de São Paulo. O processo em que reivindica a condição de anistiada política e a indenização pelo que viveu como militante de esquerda durante o regime militar foi protocolado menos de um ano antes de Beatriz se tornar conselheira.

O processo do marido dela é mais antigo. Waldemir Bargieri deu entrada no seu requerimento em setembro de 2001. A comissão começou a funcionar um mês antes, quando o então ministro da Justiça, José Gregori, instalou um grupo responsável por analisar pedidos de indenização de pessoas impedidas de exercer suas atividades profissionais em decorrência de perseguição política entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Segundo a assessoria de imprensa do Ministério da Justiça, Waldemir foi

beneficiado apenas com contagem de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria.

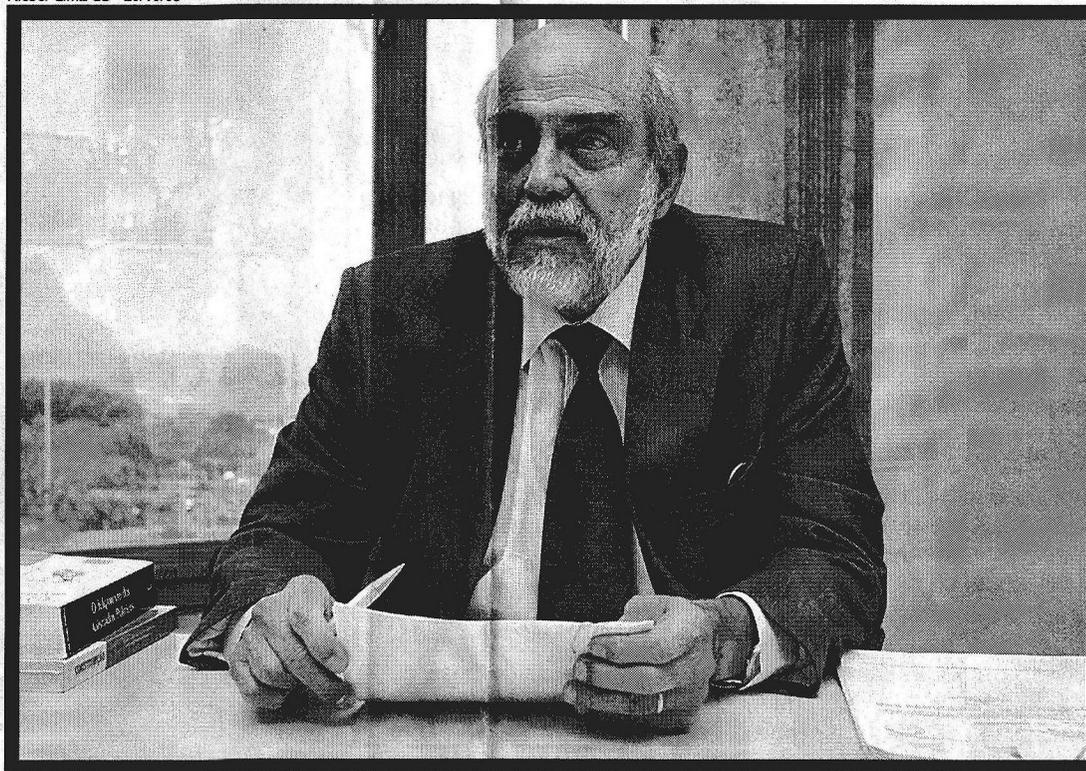
A pauta da 120ª sessão, do dia 7 de dezembro, foi publicada no site do ministério sem que os dois processos constassem como previstos para entrar em julgamento. Mas os casos foram apreciados, na presença da Beatriz que participou da sessão. Ela, no entanto, não votou. Os pedidos foram deferidos com os votos do relator, Marcello Lavenère, e dos conselheiros Sérgio Ribeiro Muijaert e Deocleciano Queiroga. De acordo com a assessoria do ministério, não há impedimento legal para que um processo seja julgado extrapauta e os casos que envolvem o casal teriam sido levados à apreciação sem que a conselheira soubesse.

Clandestinidade

Por meio da assessoria da pasta, Lavenère informou que decidiu levar os casos a julgamento porque considerava uma “injustiça” que Beatriz fosse prejudicada por ser integrante da Comissão de Anistia. Ela e o marido teriam sido vítimas de arbitrariedades durante a ditadura. Arquiteta de formação, ela vivia no Rio, quando em 1965 passou a ser perseguida. Por conta disso, entrou para a clandestinidade e trocou de nome. Em 1973, ela foi presa e passou 114 dias nas dependências do Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi), que ficou conhecido como um dos principais centros de tortura do país. Beatriz também ficou presa no Departamento de Ordem Política e Social (Dops) durante dois meses.

Depois disso, ela foi condenada a dois anos de prisão. Mas o Supremo Tribunal Federal (STF) reduziu a pena para um ano e quatro meses. Envolvida diretamente na questão, Beatriz é apontada como uma conselheira atuante e muitas vezes chora ao analisar os processos que chegam à comissão. Com a decisão da Comissão de Anistia, que deve

Kleber Lima/CB - 20/10/05



LAVENÈRE: EX-PRESIDENTE DA OAB COMANDA A COMISSÃO QUE JULGA PEDIDOS DE PERSEGUIDOS POLÍTICOS DA DITADURA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA Comissão de Anistia				
Resultado da 120ª Sessão realizada no dia 07.12.2006				
Nº	Requerimento	Requerente	Relator	Resultado
1.	2003.01.16982	Colombo Vieira de Sousa Junior	Conselheiro Marcello Lavenère Machado	Deferido
29.	2001.02.00705	Waldemir Bargieri	Conselheiro Marcello Lavenère Machado	Deferido Extra Pauta
30.	2004.01.41194	Beatriz do Valle Bargieri	Conselheiro Marcello Lavenère Machado	Deferido Extra Pauta

Marcello Lavenère Machado
Presidente

OS CASOS DE BEATRIZ E WALDEMIR FORAM INCLUÍDOS NA PAUTA NA ÚLTIMA HORA

ser chancelada pelo ministro da Justiça e publicado no *Diário Oficial*, a conselheira vai receber a pensão de R\$ 7.099, sem desconto de Imposto de Renda, por toda a vida. Procurada pelo *Correio*, ela não quis comentar a decisão da Comissão de Anistia.

A participação de Beatriz Bargieri numa comissão encarrega-

da de analisar uma questão que a afeta diretamente é apontada como controversa por parlamentares. Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), a postura é “anti-ética”. “Mesmo que ela tenha se dado como suspeita para apreciar o processo, trata-se de um comportamento que fere a ética. Essa conselheira não po-

deria participar da comissão. Deveria ter se desligado ou não aceitado participar”, avalia Péres. “A tendência é que os colegas fiquem mais sensíveis e simpáticos ao processo”, acrescenta. Para a deputada Maria do Rosário (PT-RS), integrante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, poderia haver uma troca de favores na comissão se outros conselheiros também tivessem processos. “Poderia haver até uma permuta. Não é uma medida adequada e é passível de ser questionada”, analisou.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva também tem um pedido de anistia em tramitação no Ministério da Justiça desde julho de 2003. O processo está parado desde setembro de 2004 no gabinete do ministro Márcio Thomaz Bastos, sem qualquer andamento. Desde que foi constituída, em agosto de 2001, a Comissão de Anistia recebeu 53.333 pedidos, dos quais 21.680 foram apreciados e julgados. Desses, 9.635 foram aprovados e 12.040 rejeitados.